

O PARTIDO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA EM GRAMSCI

Margarete Pereira Cavalcante

Faculdade de Serviço Social, da
Universidade Federal de Alagoas. Integrante
do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas
Públicas, Controle Social e Movimentos
Sociais.

Resumo: Este artigo analisa a visão de Gramsci sobre a centralidade do partido político na direção das lutas pela transformação da sociedade; como também, a sua importância e significado, para construção da hegemonia das classes subalternas. Nesta reflexão, destaca-se o papel dos intelectuais, e o do próprio partido, concebido aqui, como dirigente coletivo, e responsável pela formação de uma vontade coletiva, capaz de realizar uma reforma moral e intelectual que não prescinde, também, de uma reforma econômica, na perspectiva de superação da ordem capitalista.

Palavras-chave: Partido político. Intelectuais. Vontade Coletiva

Resume: Este artículo analiza la visión de Gramsci sobre la centralidad del partido político en la dirección de las luchas por la transformación de la sociedad; así como, su importancia y significado para la construcción de la hegemonía de las clases subalternas. En esta reflexión, se destaca el papel de los intelectuales, y del propio partido, concebido aquí, como dirigente colectivo y responsable por la formación de una voluntad colectiva, capaz de realizar una reforma moral e intelectual que no prescinde, también, de una reforma económica, en la perspectiva de superación del orden capitalista.

Palabras-clave: Partido político. Intelectuales. Voluntad Colectiva.

Introdução

Em um momento da história em que se reafirmam as alternativas individuais, corporativas e salvacionistas, nas quais, nega-se o poder das representações – sindicatos, associações, partidos –, faz-se necessária uma incursão teórica no pensamento gramsciano, no tocante à centralidade do partido político na direção dessas lutas, pelo poder. Deste modo, a

reflexão sobre a direção das lutas sociais globalizantes coloca-se, na contemporaneidade, como necessidade de fundamentação teórico-prática – para aqueles que buscam uma alternativa de superação da ordem vigente –, que ultrapasse a visão corporativa, restrita aos interesses de grupos, e que assuma uma perspectiva de transformação, de caráter universal.

Para Gramsci (1999), esse sujeito coletivo deve encarnar e expressar uma vontade coletiva, capaz de realizar uma reforma intelectual e moral para concretização de um projeto societário, que supere as relações sociais capitalistas. Para essa tarefa, os intelectuais assumem papel fundamental na elaboração de uma nova concepção de mundo. De acordo com Gramsci (1999), esse sujeito é o partido político, que não se reduz ao parlamento, mas que deve realizar uma mediação político-universal, que os sindicatos e organizações sociais não conseguem alcançar.

A concepção de homem em Gramsci (1999, p. 406) é a de bloco histórico, qual seja, “um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais os indivíduos estão em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo”. E para que esse homem possa transformar a realidade e construir novos tipos de institucionalidades, é imprescindível a figura de um dirigente, que seja diferente de todo aquele historicamente existente. Para Gramsci, esse dirigente é coletivo, e é o partido político, para o qual O Príncipe, de Maquiavel, é uma das fontes de inspiração.

1 Maquiavel e o moderno Príncipe de Gramsci: o partido como dirigente coletivo

O Caderno 13, denominado *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, escrito em 1932-1934, no cárcere, representa grande parte das reflexões de Gramsci, sobre o partido político, sua importância e significado para a construção da hegemonia das classes subalternas, nas sociedades do tipo “ocidental”. Sua reflexão toma como referência central a realidade das formações capitalistas ocidentais, que desde meados do século XIX vêm experimentando um fenômeno novo e bastante significativo, a ponto de imprimir novas exigências às práticas políticas, na perspectiva de construção do socialismo: a emergência das grandes massas na cena política, como, os partidos; os sindicatos; associações; e organismos

de capitalistas e de trabalhadores, como instrumentos de luta por seus interesses, em sua maioria, antagônicos.

Sobre tal fenômeno, Gramsci busca refletir e teorizar, tomando como inspiração “O Príncipe”, de Maquiavel, também italiano, do século XVI que, como ele, buscava explicar o papel fundamental de um *condottiero*, como expressão da vontade coletiva. Gramsci (2000a, p. 14) entende que, para Maquiavel, o Príncipe, “era o símbolo do líder, do *condottiero* ideal”, presente em seu livro, evocando os elementos constitutivos de um Príncipe “realmente existente”. Para esse estudioso (2000a, p. 14), “Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado”, que ele não considera como um líder qualquer, mas como aquele que se volta para o projeto político globalizante, o qual tem como finalidade fundar um novo Estado e superar o já existente. Gramsci entende a importância das reflexões de Maquiavel, destaca o seu Príncipe e estabelece uma analogia com o Partido Político, como dirigente naquele momento histórico, como organizador de uma vontade coletiva. Isto implica pensá-lo como um organismo coletivo marcado pela presença das massas, capaz de uma ação política, que supere os interesses econômico-corporativos e que tenda a uma perspectiva universal, ou seja,

[...] o moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2000a, p. 16).

Para Gramsci (2000a), o partido político, como Príncipe moderno, sem perder de vista seu caráter jacobino ou revolucionário, tem duas tarefas fundamentais: a formação de uma vontade coletiva, da qual deve ser o organizador e sua expressão ativa e atuante; e uma reforma intelectual e moral, em que seja gestada uma nova concepção de mundo. Tais tarefas constituem a estrutura do trabalho a ser desenvolvido pelo moderno Príncipe, como “o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2000a, p. 18).

Para desenvolver tais tarefas, o moderno Príncipe deve primeiro, analisar as possibilidades reais para o desenvolvimento dessa vontade coletiva, e refletir, em seguida, sobre as tentativas históricas de sua construção, ainda, com o foco voltado para formação econômica e social determinada. Assim, o moderno Príncipe indaga sobre “quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” (GRAMSCI, 2000a, p. 17). No entanto, não se pode esquecer de que é fundamental articular grupos sociais urbanos – considerados estratégicos –, com as massas camponesas. Se estes grupos não irromperem simultaneamente, na vida política “qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível” (GRAMSCI, 2000a, p. 17). Nesse sentido, o partido deve ser capaz de propor e articular um projeto societário que supere as relações sociais de produção, ora vigentes.

Para que ocorra uma reforma intelectual e moral, isto é, uma nova concepção de mundo, faz-se necessário um programa político de reforma econômica, como modo concreto de expressão, da reforma intelectual e moral. Deste modo, de acordo com Gramsci (2000a, p. 19), fica estabelecida indissociável relação entre estrutura e superestrutura, entre reforma econômica e reforma intelectual e moral, quando se questiona que

[...] pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral.

Para Gramsci (2000a, p. 59), um partido político é aquele que, em diferentes oportunidades e momentos históricos, tem como propósito fundamental “fundar um novo tipo de Estado”, e que, mesmo sendo expressão de um determinado grupo social, pode representar um único grupo social, quando exerce o papel de árbitro dos diferentes interesses e de equilíbrio, favorecendo o consenso em torno do progresso, do grupo social que representa, e sobre o conjunto dos demais grupos. Desse modo,

[...] embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representativo

ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (GRAMSCI, 2000a, p. 59).

Mesmo estando vinculados organicamente às suas classes, os partidos são organismos dirigentes em situações históricas importantes para estas classes, sendo que, nem sempre conseguem desenvolver-se de acordo com o processo de relações de forças, principalmente, quando a burocracia se expressa como força conservadora sobre o complexo partidário, sobrepondo-se à massa partidária que, para Gramsci, compõe – com o grupo social, a burocracia e o Estado-Maior –, o partido político. Desde modo, a burocracia, como diz Gramsci (2000a, p. 62) “chega a se constituir como um corpo solitário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar”.

Dessa forma, Gramsci ressalta a vinculação orgânica entre partidos e classes sociais que buscam ser a expressão de sua vontade, e estabelecem uma interlocução permanente, entre os elementos constitutivos que compõem o corpo partidário: grupo social, massa partidária, burocracia e Estado-Maior (sua direção). Tal relação pode resultar fecunda, na criação de um novo tipo de homem e de Estado, na medida em que “as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política” (GRAMSCI, 2000a, p. 201).

Essa concepção de partido político passa pela compreensão de suas relações com as classes e com o Estado, ou seja, como o partido que pretende fundar o Estado e não simplesmente como um conceito sociológico. O partido, protagonizado por esse novo Príncipe, “não deve ser o partido em abstrato, uma classe em abstrato, mas um determinado partido histórico, que opera num ambiente histórico preciso, com uma determinada tradição, numa aliança de forças sociais característica e bem definida” (GRAMSCI, 2002, p. 357-8).

A função de equilibrar interesses entre o grupo social, do qual é representante, e os interesses de grupos diferentes, significa o exercício do “poder de fato”, ou função hegemônica que se efetiva na sociedade civil, ou seja, o partido político “tem o ‘poder de fato’, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa” (GRAMSCI, 2000a, p. 222). Nesse sentido, esse

partido que exerce uma função hegemônica ou de direção política e que tem seu lugar na sociedade civil, estabelece uma disputa pelo Estado ou pela criação de um novo tipo de Estado, apresentando “um sistema de princípios que afirmam como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2000a, p. 223).

Para exercer sua função hegemônica ou de direção política, os partidos são revestidos de um grande valor político e se apresentam como referência de direção para as massas e para a própria vida partidária. Assim, para Gramsci, os partidos podem tornar-se “escolas de vida estatal”, possibilitadoras do exercício da convivência coletiva, inspiradores de uma universalidade real, quais sejam: “caráter (resistência aos impulsos das culturas ultrapassadas), honra (vontade intrépida ao sustentar o novo tipo de cultura e de vida), dignidade (consciência de operar por um fim superior), etc.” (GRAMSCI, 2000a, p. 267). Assim sendo, em sua função hegemônica, pode ser constatada a presença de elementos educativos dentro de uma perspectiva de totalidade e de universalidade que educa as massas e a própria direção.

O partido político transforma-se em educador político, para a luta e para a intervenção na realidade que o grupo social quer manter ou transformar. Para tanto, “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (GRAMSCI, 2000a, p. 87). Disso decorre que, sem um partido profundamente inserido na vida real do grupo social ao qual se vincula; sem o estabelecimento de uma relação pedagógica libertária para com a massa, que lhe possibilite assumir a função de dirigente, também, na conquista da hegemonia; “a massa é simplesmente de ‘manobra’ e é ‘ocupada’ com pregações morais, incentivos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de épocas fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas” (GRAMSCI, 2000a, p. 351).

O partido político, concebido por Gramsci, é capaz de pensar e de propor um projeto societário, que supere a ordem burguesa. Tem, ainda, como tarefa, preparar as condições necessárias para a formação de uma vontade coletiva, nacional-popular. Porém, não se limita ao parlamento, às questões parciais do cotidiano, mas à destruição ou criação de novos tipos de Estado, intrinsecamente articulados a uma transformação, na esfera da economia, em uma

articulação entre economia e política. Assim, o partido político é aquele que lida com a “grande política”, concebida como aquela que “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2000a, p. 21).

Contraditoriamente, os atuais partidos encontram-se limitados a uma atuação no âmbito da chamada “pequena política”, entendida como aquela que “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000a, p. 21). Dessa forma, Gramsci entende que Maquiavel, ao conceber o seu Príncipe como o *condottiero*, símbolo de uma vontade coletiva, reflete especialmente sobre as questões relativas à “grande política”, destinada à “criação de novos estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e de hegemonia em ampla escala, isto é, em toda a área estatal” (GRAMSCI, 2000a, p. 22).

2 O partido político como intelectual coletivo

Gramsci (1999) destaca a importância e o significado dos partidos políticos modernos, em relação à sua capacidade de elaborar e divulgar as concepções de mundo, visto que, neles se experimentam tais concepções por meio da elaboração da ética e da política, que lhe são adequadas. Nesse sentido, os partidos seriam “os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real...” (GRAMSCI, 1999, p. 105). Desse modo, existe a necessidade de uma inovação, que consiste em uma formação que se realiza por meio de uma adesão individual, e “não ao modo laborista, já que – se se trata de dirigir organicamente ‘toda a massa economicamente ativa’” (GRAMSCI, 1999, p. 105). Tal inovação pode tornar-se massa, se nos seus primórdios, exigir a presença de uma direção com “consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida” (GRAMSCI, 1999, p. 105).

Ao analisar os partidos políticos de massa, Gramsci (1999, p. 145) compreende a importância de sua ação política, na medida em que, seu sentido é “fazer com que as multidões saiam da passividade”. Além do mais, traz como desafio, aos velhos esquemas

presentes na arte política, um dirigente de novo tipo: não é mais o indivíduo singular, o chefe ou o líder carismático, mas um organismo coletivo – os partidos, indicando que, “com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de estandardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência, ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico” (GRAMSCI, 1999, p. 145). Em face desse desenvolvimento das forças sociais e políticas, estabelece-se uma articulação entre população, partido e direção, formando assim, “uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem coletivo’” (GRAMSCI, 1999, p. 145).

Os intelectuais assumem função essencial dentro do partido, na tarefa de construção de um terreno favorável à formação de uma nova vontade coletiva, visto que concebe os intelectuais como elaboradores de novas concepções de mundo e de organizadores da cultura. Sendo o partido considerado como um dirigente coletivo no campo da política, ele deve ser, também, um educador coletivo que tem de pensar a sociedade como um todo. Melhor dizendo, sua atuação se efetiva com base na hegemonia de um grupo social, sobre toda a sociedade, para além dos interesses econômico-corporativos defendidos, principalmente pelos sindicatos, e que, com isso, limitam sua atuação política.

Gramsci identifica que existem várias categorias de intelectuais, que decorrem do processo histórico real, onde se destacam duas formas importantes: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os primeiros seriam aqueles vinculados às classes fundamentais, no campo da produção econômica, pois, para Gramsci (2000b, p. 15),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político... (...). Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’ que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.

Nesse sentido referido por Gramsci, um empresário, por sua capacidade dirigente e técnica, próxima da produção, seria um intelectual das classes dominantes.

Porém, como todo grupo social essencial ou classe social, decorre de um processo histórico que antecede sua emergência, existem categorias intelectuais pré-existentes que

representam “uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2000b, p. 15). Para Gramsci, os eclesiásticos representariam muito bem à categoria dos intelectuais tradicionais, visto que, vinculados à aristocracia fundiária, conseguem manter-se, desde a formação social feudal, atualizando-se e tornando-se necessários para a racionalidade capitalista, em seu papel de elaboração e de organização da cultura, através da própria Igreja, das escolas e das encíclicas de cunho moralista.

Feita tal distinção, Gramsci (2000b, p. 18) afirma que, de algum modo, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham a função de intelectual. Para ele

[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Gramsci não esquece que a capacidade de domínio e de direção de uma classe sobre todo o conjunto da sociedade é indicada por sua capacidade de formar seus próprios intelectuais orgânicos, tornando possível a assimilação e conquista ideológica, dos intelectuais tradicionais.

Quando o partido político passa a ser compreendido pela sociedade inteira, ele se converte no “mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política” (GRAMSCI, 2000b, p. 24). Assim, tal partido favorece a estreita articulação ou “soldagem”, entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Isso é possível, por meio do desempenho de sua função fundamental, que é a de produzir seus próprios intelectuais, organicamente vinculados aos grupos economicamente determinados, que são, nos termos de Gramsci (2000b, p. 24), “os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento da sociedade integral, civil e política”.

Nesse sentido, é possível depreender que aqueles integrantes de um partido político, em diferentes níveis, podem ser considerados intelectuais, na medida em que, o mais importante é a função política que desempenham que é “diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual, tornando-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 2000b, p. 25) e, ainda, conseguem superar a atividade econômico-corporativa, percebida como limite da prática sindical ou de outra organização de caráter corporativo.

A ideia de novo intelectual, concebida por Gramsci distancia-se da concepção de intelectual baseada na sua capacidade de eloquência, nas palavras e paixões, ou de uma oratória desprovida de prática política. Muito mais do que um especialista, o novo intelectual deve ter uma “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’...” (GRAMSCI, 2000b, p. 53), ou seja, tornar-se dirigente, conjugando especialização e política. Assim é o intelectual em Gramsci.

3 O partido e a formação da vontade coletiva.

Gramsci (1999) nos apresenta a vontade coletiva como um elemento perturbador da economia, decorrente das condições de vida, em que os homens se encontram inseridos, afirmando a determinação econômica, porém, sem prescindir da historicidade e da ação humana nos processos de destruição ou construção de novas sociedades, ou seja, “na economia, o elemento ‘perturbador’ é a vontade humana, vontade coletiva, cuja atitude varia de acordo com as condições gerais nas quais vivem os homens, isto é, ‘conspirativa’ ou organizada de diversas maneiras” (GRAMSCI, 1999, p. 419). Nesse contexto, ele destaca O Príncipe de Maquiavel como “uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar uma vontade coletiva” (GRAMSCI, 2000a, p.13).

Para Gramsci, só o partido político poderá construir uma vontade coletiva, até então pulverizada em uma infinidade de vontades singulares, por meio de um programa de partido, visto que, concebe o partido como sendo “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2000a, p. 15).

Mesmo considerando a importância da ação política do sindicato, na organização de uma vontade coletiva, Gramsci (2000a, p.14) identifica seu limite, no caráter positivo que é “dado somente pelo acordo alcançado pelas vontades associadas”, ou seja, tal alcance fica restrito aos interesses econômico-corporativos de seus filiados, e não consegue ultrapassar os limites corporativos, na direção de uma fase construtiva, que possa assumir para si as necessidades mais gerais da sociedade, como um todo.

Nesse sentido, a vontade coletiva expressa a noção de historicidade, como a presença ativa e crítica dos homens na construção da sua existência, ou seja, “a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2000a, p.17). É o político em ato, que ele identifica em Maquiavel. É um “dever ser” não como ato arbitrário, veleidade ou desejo, mas uma vontade concreta, que tem por base a realidade efetiva, vista como um processo de relação de forças, em constantes movimentos e mudanças de equilíbrios. Assim, para Gramsci (2000a, p. 35), “aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio de forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso)”. Portanto, para esse autor, a vontade coletiva enquanto “dever ser”, enquanto perspectiva histórica e vinculada a um programa de partido, consegue ligar o meio ao fim, superando as vontades particulares, que não são nem mesmo vontades, mas sonhos, desejos. Desse modo, “o ‘dever ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato, somente ele é política” (GRAMSCI, 2000a, p. 35).

A questão da formação de uma vontade coletiva pressupõe o entendimento da mudança histórica que Gramsci atribui ao Prefácio à Crítica da Economia Política, de 1859, um significado metodológico decisivo, ou seja, um caminho para entender as forças que atuam em um determinado momento histórico, e a relação entre elas. Para tanto, fundamenta-se na proposição de Marx, para análise e indagação de como se formam as vontades coletivas permanentes:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser

substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verificar a exata enunciação destes princípios) (GRAMSCI, 2000a, p. 36).

Assim, a análise da realidade exige a capacidade de identificar as relações de forças presentes na sociedade, como resultado da disputa de projetos societários e antagônicos. Por outro lado, também é necessário ter a capacidade de identificar possibilidades concretas, para o estabelecimento de uma correlação de forças, favorável ao seu projeto. Para Gramsci (2000a, p. 45), em uma análise das situações ou das relações de forças, a observação mais importante a ser feita é a de que “tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade”. E, ainda, na medida em que a proposição apresentada por Marx é considerada, levando-se em conta seus dois princípios, é possível escapar de um provável mecanicismo e de operações milagrosas, fora da história e, portanto, do homem e de sua vontade. Assim sendo, “apenas nele [no homem] deve ser colocado o problema da formação de grupos políticos ativos e, em última instância, também o problema da função das grandes personalidades na história” (GRAMSCI, 1999, p. 140).

Cabe, assim, considerar como essencial o real entendimento da relação entre estrutura e superestrutura, entre economia e política, na formação de uma vontade nacional-popular, que tem no partido um sujeito coletivo, como sua expressão fundamental. Enfim, de grande importância nesse contexto é ser capaz de construir alternativas concretas de superação da ordem capitalista, sem prescindir do elemento da vontade coletiva, pois “só quem quer fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade” (GRAMSCI, 2000a, p. 343).

Conclusão

No pensamento gramsciano, o socialismo é concebido como processo histórico a ser construído pelos homens reais, ainda nas contradições da sociedade capitalista, numa correlação de forças em que “o velho não morreu e o novo não pode nascer”. Cabe lembrar que Gramsci foi contemporâneo da Revolução Russa de 1917 e buscava, espelhando-se na

experiência italiana, pensar sua estratégia para o socialismo. Para tanto, delinea a estratégia para o Ocidente – a chamada guerra de posição, sem perder de vista a “guerra de movimento”, quando necessário. Gramsci nunca perdeu de vista a leitura da realidade, a análise das condições objetivas e subjetivas, para efetivação da revolução.

Para uma ação de tamanha envergadura, é fundamental a atuação do partido, na tarefa de construir o terreno necessário para a formação de uma vontade coletiva, capaz de realizar uma reforma intelectual e moral. Tal partido, bem distinto daqueles que hoje conhecemos, limitados pela prática da chamada “pequena política”, distante de sua função de destruir ou de criar novos Estados. Distante do partido das grandes definições que dizem respeito a toda a sociedade, no exercício da “grande política”, como também, capaz de desenvolver iniciativas políticas, que superem o corporativismo dos segmentos sociais e afirmem uma universalidade como expressão de uma vontade coletiva nacional-popular.

Aqui, a afirmação da vontade coletiva, como necessidade histórica, é elevada à consciência e é convertida em práxis. Na construção da hegemonia das classes subalternas, o seu Príncipe – o partido político – cumpre o papel de intelectual coletivo, na medida em que promove o exercício político das massas populares em sua estrutura, democratiza o poder; e na forma como consegue – quando isto ocorre –, tornar-se a expressão de uma vontade coletiva e atuar sobre o conjunto da sociedade.

A atualidade de Gramsci reside, entre outros aspectos, na sua tentativa de construir e conceituar as estratégias de revolução socialista, o que nos ajuda a compreender as razões dos fracassos das experiências socialistas que conhecemos. Por outro lado, sua concepção de partido político como sujeito coletivo, confere-lhe capacidade de construir junto à classe, à qual se vincula, um projeto societário, que unifica as vontades particulares numa vontade coletiva consciente, operosa e transformadora.

Seu pensamento não é dirigido tão somente aos homens do século XX, mas continuará em sua obra “*für ewig*”, ou seja, para sempre, como era sua vontade, ao elaborar seu plano de estudos na prisão. Hoje, mais do que nunca, faz-se necessária a construção de uma vontade coletiva que realize, sem prescindir da reforma econômica, uma reforma intelectual e moral. Gramsci, em sua vida e obra, pautada pela relação orgânica com as classes subalternas, apresenta um rico referencial teórico, no campo das reflexões sobre a sociedade capitalista: o

Estado e a política, como fundamental, para aqueles que apostam na perspectiva de uma sociedade que supere a ordem burguesa.

Referências bibliográficas

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.